



# Sem caixa, Estados pressionam para receber recursos do pré-sal

*Governadores tentam garantir o depósito do 13º salário de servidores; valor a receber chega a R\$ 5,3 bilhões*

Mateus Vargas e Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

09 de dezembro de 2019 | 04h00

**BRASÍLIA** -- O Fórum Nacional de Governadores pediu ao presidente **Jair Bolsonaro** para receber, de forma antecipada, R\$ 5,3 bilhões referentes ao chamado bônus de assinatura pelo **megaleilão do pré-sal realizado no início de novembro**. O recurso é de “inestimável relevância” para o pagamento do 13.º salário dos servidores dos Estados, de acordo com carta assinada pelo governador do Distrito Federal, **Ibaneis Rocha (MDB)**, coordenador do fórum.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha Foto: José Cruz/Agência Brasil -26/3/2019

O governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a concessão de duas das quatro áreas ofertadas, frustrando a expectativa inicial de um ganho superior a R\$ 106 bilhões e participação maciça de companhias estrangeiras. **Pelas regras do leilão, as empresas vencedoras** (a Petrobrás em associação com as estatais chinesas CNOOC e CNODC) **têm até 27 de dezembro para pagar o bônus de assinatura à União**. Em seguida, os valores devem ser repassados à própria **Petrobrás**, Estados e municípios.

**O desejo dos governadores, porém, é receber os valores já entre os dias 10 e 20 deste mês, a tempo de usá-los para quitar o 13.º salário** – cujo prazo legal para depósito da segunda parcela se encerra exatamente no dia 20. **A crise financeira que se arrasta há anos têm colocado Estados em dificuldades para remunerar regularmente os seus servidores**. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o 13.º será pago em parcelas pelo quinto ano consecutivo.

Segundo o **Ministério da Economia**, se o pagamento das empresas for feito mesmo no fim do prazo, o recurso só deve ser repassado aos governadores em 31 de dezembro. Dos R\$ 69,96 bilhões efetivamente arrecados pela União, R\$ 34,6 bilhões vão ficar com a Petrobrás, como compensação pela revisão do contrato firmado em 2010 com o governo. O restante será compartilhado entre União (R\$ 23,7 bilhões), Estados (R\$ 5,3 bilhões) e municípios (R\$ 5,3 bilhões). Por ser o Estado produtor, o Rio de Janeiro vai ter uma parcela adicional de R\$ 1,06 bilhão.

Procurado, o Fórum afirmou que o pedido recebeu apoio da maioria dos governadores do País. O órgão ainda alegou que a antecipação não é determinante para garantir o pagamento de servidores estaduais, mas que traz um “alívio” para fechar as contas do ano. O Palácio do Planalto repassou na quarta-feira passada o pedido dos governadores aos ministérios da Economia e de Minas e Energia.

O governo de Minas Gerais informou que concorda com os termos propostos na carta. O Estado torce pela antecipação do bônus, pois ainda busca alternativa para pagar o 13.º salário de seus servidores. A ideia principal do governador **Romeu Zema (Novo)** para fechar as contas é utilizar recursos da alienação de recebíveis da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

A carta partiu de uma iniciativa de Ibaneis e foi compartilhada em um grupo de WhatsApp de que participam os governadores do fórum, segundo fontes que acompanham o debate.

## **Pressão**

O **Estado** apurou que há forte pressão sobre o governo federal para antecipação dos valores da assinatura do bônus do megaleilão. Técnicos da equipe econômica, no entanto, dizem que é difícil fazer o repasse antes de a União receber o valor acordado na disputa.

Segundo fontes da área econômica, há pressão, inclusive, para que o governo antecipe valores dos lotes que não tiveram ofertas – e que, em tese, só serão licitados em 2020.

A ala política do governo é sensível aos pleitos de governadores, que exercem forte influência sobre as suas bancadas no Congresso. Até o fim do ano, o governo Bolsonaro

ainda dependerá da articulação com o Legislativo para aprovar matérias vitais, como o Orçamento. Procurado, o Palácio do Planalto disse que cabe ao Ministério da Economia responder questionamentos sobre o pedido dos governadores.

**Metro1**

# Sem caixa, Estados pressionam governo para receber recursos do pré-sal

Segundo carta enviada ao presidente Jair Bolsonaro pelo Fórum Nacional de Governadores, recursos são fundamentais para o pagamento do 13º salário dos servidores



Foto : Reprodução/Arquivo/Agência Brasil

Por **Juliana Rodrigues** no dia 09 de Dezembro de 2019 · 09:20

O Fórum Nacional de Governadores pediu ao presidente Jair Bolsonaro para receber, de forma antecipada, R\$ 5,3 bilhões referentes ao chamado bônus de assinatura pelo megaleilão do pré-sal realizado no início de novembro. Segundo carta assinada pelo coordenador do fórum, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), o recurso é de “inestimável relevância” para o pagamento do 13º salário dos servidores dos Estados. A informação é do Estadão.

O governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a concessão de duas das quatro áreas ofertadas, bem abaixo da expectativa de ganho superior a R\$ 106 bilhões. Pelas regras do leilão, as empresas vencedoras (a Petrobrás em associação com as estatais chinesas CNOOC e CNODC) têm até 27 de dezembro para pagar o bônus de assinatura à União. Em seguida, os valores devem ser repassados à própria Petrobrás, Estados e municípios. Os governadores tentam, porém, receber os valores já entre os dias 10 e 20 deste mês, a tempo de usá-los para quitar o 13º salário.

De acordo com o Ministério da Economia, caso as empresas só façam o pagamento no fim do prazo, o recurso deverá ser repassado aos governadores apenas em 31 de dezembro.

Veículo: Política Livre	
Data: 09/12/2019	Caderno: Economia



## ***Sem caixa, Estados pressionam para receber recursos do pré-sal***

### **BRASIL**

O Fórum Nacional de Governadores pediu ao presidente Jair Bolsonaro para receber, de forma antecipada, R\$ 5,3 bilhões referentes ao chamado bônus de assinatura pelo megaleilão do pré-sal realizado no início de novembro. O recurso é de “inestimável relevância” para o pagamento do 13.º salário dos servidores dos Estados, de acordo com carta assinada pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), coordenador do fórum.

O governo arrecadou R\$ 69,96 bilhões com a concessão de duas das quatro áreas ofertadas, frustrando a expectativa inicial de um ganho superior a R\$ 106 bilhões e participação maciça de companhias estrangeiras. Pelas regras do leilão, as empresas vencedoras (a Petrobrás em associação com as estatais chinesas CNOOC e CNODC) têm até 27 de dezembro para pagar o bônus de assinatura à União. Em seguida, os valores devem ser repassados à própria Petrobrás, Estados e municípios.

O desejo dos governadores, porém, é receber os valores já entre os dias 10 e 20 deste mês, a tempo de usá-los para quitar o 13.º salário – cujo prazo legal para depósito da segunda parcela se encerra exatamente no dia 20. A crise financeira que se arrasta há anos tem colocado Estados em dificuldades para remunerar regularmente os seus servidores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o 13.º será pago em parcelas pelo quinto ano consecutivo.

Segundo o Ministério da Economia, se o pagamento das empresas for feito mesmo no fim do prazo, o recurso só deve ser repassado aos governadores em 31 de dezembro.

Dos R\$ 69,96 bilhões efetivamente arrecadados pela União, R\$ 34,6 bilhões vão ficar com a Petrobrás, como compensação pela revisão do contrato firmado em 2010 com o governo. O restante será compartilhado entre União (R\$ 23,7 bilhões), Estados (R\$ 5,3 bilhões) e municípios (R\$ 5,3 bilhões). Por ser o Estado produtor, o Rio de Janeiro vai ter uma parcela adicional de R\$ 1,06 bilhão.

Procurado, o Fórum afirmou que o pedido recebeu apoio da maioria dos governadores do País. O órgão ainda alegou que a antecipação não é determinante para garantir o pagamento de servidores estaduais, mas que traz um “alívio” para fechar as contas do ano. O Palácio do Planalto repassou na quarta-feira passada o pedido dos governadores aos ministérios da Economia e de Minas e Energia.

O governo de Minas Gerais informou que concorda com os termos propostos na carta. O Estado torce pela antecipação do bônus, pois ainda busca alternativa para pagar o 13.º salário de seus servidores. A ideia principal do governador Romeu Zema (Novo) para fechar as contas é utilizar recursos da alienação de recebíveis da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig).

A carta partiu de uma iniciativa de Ibaneis e foi compartilhada em um grupo de WhatsApp de que participam os governadores do fórum, segundo fontes que acompanham o debate.

#### Pressão

O Estado apurou que há forte pressão sobre o governo federal para antecipação dos valores da assinatura do bônus do megaleilão. Técnicos da equipe econômica, no entanto, dizem que é difícil fazer o repasse antes de a União receber o valor acordado na disputa.

Segundo fontes da área econômica, há pressão, inclusive, para que o governo antecipe valores dos lotes que não tiveram ofertas – e que, em tese, só serão licitados em 2020.

A ala política do governo é sensível aos pleitos de governadores, que exercem forte influência sobre as suas bancadas no Congresso. Até o fim do ano, o governo Bolsonaro ainda dependerá da articulação com o Legislativo para aprovar matérias vitais, como o Orçamento. Procurado, o Palácio do Planalto disse que cabe ao Ministério da Economia responder questionamentos sobre o pedido dos governadores.

## Fim da Lei Kandir pode pesar em R\$ 7 bi no caixa das mineradoras

Dentro dos setor mineral, o segmento de bauxita e seus agregados pode ser um dos mais afetados com a volta do ICMS

Por Ana Paula Machado — De São Paulo

09/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

O setor mineral pode, no apagar das luzes, ver aprovado o fim da "Lei Kandir" e a possibilidade do retorno da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semielaborados. Está para ser votado no plenário do Senado a proposta de emenda constitucional (PEC-42) que prevê essa cobrança. O impacto estimado com essa nova taxa no setor mineral, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional, é de US\$ 7 bilhões, considerando uma alíquota de 13%.

Para o presidente do conselho do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, essa discussão sobre o fim da Lei Kandir tem que ser discutida dentro de um pacto federativo e não de forma isolada. "Essa questão tem que ser discutida dentro da reforma tributária, de um pacto federativo. Sabemos que os estados esperam receber essa receita, mas não pode ser dessa forma", disse Brumer.

O Ibram, inclusive, prepara um estudo - elaborado por uma consultoria internacional - para mostrar quanto o setor de mineração paga de tributos no país, que para muitos é somente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Este ano as empresas do setor devem pagar R\$ 4,4 bilhões somente nesse tributo. Em 2017, esse valor foi de R\$ 1,8 bilhão.

Dentro do setor de mineração, um segmento que pode ser mais afetado é o de bauxita e seus derivados. O presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) Milton Rego, disse que, somente com essa cobrança do ICMS sobre as exportações, o custo nas operações de mineração da bauxita e na sua transformação em alumina, seria em torno de US\$ 440 milhões, o que inviabilizaria boa parte das atividades no Brasil.

"As empresas não conseguirão repassar esse aumento das despesas. É custo na veia. E, não tenho a menor dúvida de que fábricas serão fechadas no Brasil. Assim como perdemos 60% da capacidade de produção de alumínio primário, com a alta do custo de energia, o mesmo acontecerá com o beneficiamento da bauxita, muitas indústrias serão fechadas."

Segundo ele, a alumina, principal produto da pauta de exportações da cadeia do alumínio, é uma commodity e o preço internacional desse produto é até sete vezes superior ao valor da bauxita. O país exporta 6,2 mil de toneladas entre alumina e bauxita, sendo que 91% é de alumina. "Muitas empresas que atuam no país já estão revendo planos de investimentos futuros em suas operações."

O dirigente disse ainda que impostos de exportação são utilizados com propósitos extra-fiscais - para controlar a oferta interna, por exemplo - ou com fins arrecadatórios, mas somente para aqueles produtos cujos preços no mercado internacional o país consegue determinar. "Portanto, o Brasil é um tomador de preço. O volume é muito baixo para influenciar o preço internacional, por isso, todo o custo será interiorizado pelas empresas que operam no país. É matemático."

# Mais\*

PACTO PREVÊ AÇÕES LIGADAS À INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, GESTÃO, CIDADANIA E CAPACITAÇÃO

## PACTO PELO NORDESTE

**Projetos** Governo federal anuncia liberação de R\$ 4,4 bilhões para ações de desenvolvimento na região

**Geraldo Bastos**

REPORTAGEM

geraldo.bastos@redebahia.com.br

Início do projeto de duplicação da BR-101, entrega de 8.700 casas populares, aquisição de 123 novas ambulâncias para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a construção de quatro novas Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs). Estas são algumas das ações e projetos que serão implementados na Bahia, até meados do ano que vem, através do Pacto Mais Brasil - Nordeste.

A iniciativa do governo federal, que prevê a construção de creches e escolas e o reforço do acesso à internet na rede pública de ensino, beneficiará - numa primeira etapa - 1,3 milhão de moradores de 31 municípios das regiões de Feira de Santana, Itrecê, Juazeiro e Paulo Afonso.

"O presidente Jair Bolsonaro tem consciência das dificuldades do Nordeste. Então ele determinou que adotássemos medidas práticas e efetivas visando o desenvolvimento da região. Este projeto, certamente, terá um impacto importante nos próximos meses", afirmou o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, ontem, du-

**DADOS**

**31** é o número de municípios da Bahia que serão beneficiados na primeira fase do Pacto Mais Brasil - Nordeste

**R\$ 1 bilhão** é o volume de recursos que será aplicado no projeto ainda este ano

**222** municípios da região Nordeste serão atendidos pelo pacto

rante visita à Bahia.

O ministro informou ainda que, nesta primeira fase do projeto, serão atendidos 222 municípios de todos os nove estados da Região Nordeste, beneficiando cerca de 7,2 milhões de pessoas - 12,7% da população nordestina. Os investimentos são da ordem de R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão ainda este ano e os R\$ 3,4 bilhões restantes até o final do primeiro semestre de 2020. Além da Bahia, o projeto já foi apresentado nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A secretária especial de Assuntos Federativos, Deborah Arôxa, disse que outro foco importante do Pacto Mais Brasil - Nordeste na Bahia é o aumento da capacidade hídrica no estado, com a construção de poços e cisternas e o desenvolvimento de novas tecnologias de captação e acesso à água, inclusive nas escolas. "Serão 417 escolas beneficiadas em 2020", diz.

O programa prevê ainda a universalização do acesso à internet de alta velocidade. Camaçari e Paulo Afonso serão polos intermediários a serem ligados por fibra ótica. "O objetivo do Pacto Mais Brasil - Nordeste é criar polos de desenvolvimento que sejam ampliados ao longo do tempo até que se chegue em um universo de 1.480 cidades beneficiadas



**Luiz Eduardo Ramos disse a empresários baianos que a economia brasileira vai "voar" em 2021**

no Nordeste. Chegaremos a todos os municípios da Bahia", afirmou a secretária.

Ela também destacou o desenvolvimento do ciclo do agronegócio, a partir do AgroNordeste, programa do Ministério da Agricultura que prevê um investimento de R\$ 8 bilhões em dois anos. Voltado para pequenos e médios produtores, o AgroNordeste foi lançado em outubro, no Palácio do Planalto, para ser implementado até o fim de 2020 em 230 municípios da região e também de Minas Gerais, com população rural de 1,7 milhão de pessoas.

**AGENDA**

O ministro Luiz Eduardo Ramos cumprirá entre quinta-feira e ontem uma extensa

agenda de compromissos na Bahia. Antontem, se encontrou com o governador Rui Costa e o prefeito de Salvador ACM Neto. Ontem pela manhã, esteve na Fundação Dom Jesus, mantida pelo deputado pastor Sargento Isidório. E ficou impressionado. "É um projeto que todos deveriam visitar. Isidório de doído não tem nada", assinalou. Em seguida, visitou o Senai Cimatec (ver texto abaixo). Na sequência almoçou com parlamentares e dezenas de empresários na Casa do Comércio.

Em seu discurso para empresários e representantes do setor produtivo, o ministro elogiou o Congresso pela "coragem" de fazer a reforma da Previdência. "O Brasil precisa, de fato, mudar. Mudar inclu-

## 'O Senai Cimatec é um joia rara', diz ministro

O ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, visitou ontem as instalações do Senai Cimatec, na Av Orlando Gomes, e ficou impressionado com o que viu. "Isto aqui é um centro maravilhoso de tecnologia e inovação, importantíssimo não só para a Bahia mas para todo o Brasil", afirmou o ministro.

Acompanhado dos deputados Adolfo Viana (PSDB), Paulo Azi (DEM) e Elmar

Nascimento (DEM), o ministro assistiu a uma apresentação sobre a atuação do complexo e depois fez questão de visitar algumas de suas instalações, como o Centro de Supercomputação para Inovação Industrial.

"O país que não investe em educação, ciência, tecnologia e inovação está fadado a não ter um futuro promissor. Fiquei muito impactado com o potencial do Cimatec. É um diamante de valor inestimável, uma joia

rara", afirmou Ramos, que prometeu levar o presidente Jair Bolsonaro para visitar o espaço. "Serei uma espécie de embaixador do Cimatec em Brasília e assumo o compromisso de trazer o presidente para visitar o Cimatec", completou o ministro.

**CIMATEC PARK**

Parte da estrutura da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), O Senai Cimatec foi inaugurado oficialmente em 2002. De lá

**●● Fiquei muito impactado com o potencial do Senai Cimatec. É um diamante de valor inestimável, uma joia rara Luiz Eduardo Ramos**

Ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

para cá, foi ampliado, passou a oferecer cursos superiores de tecnologia em várias áreas, como mecatrônica industrial, gestão logística e de inspeção de soldagem e equipamentos, inéditos no Estado.

No início do mês passado, foi inaugurado o Cimatec Park, no Polo Industrial de Camaçari. Os investimentos somaram recursos da ordem de R\$ 87 milhões, provenientes do Senai (nacional e regional) e do BNDES.



**Inflação** Carnes, energia elétrica e jogos de loteria puxam a alta de preços em novembro PÁGS. 16 E 17

**Violência** Polícia fica em alerta após morte de líder do BDM; evento no interior é cancelado após ameaças PÁGS. 18 E 19



DIVULGAÇÃO

**O PACTO NA BAHIA**

**Municípios beneficiados**

- Paulo Afonso
- Irecê
- Itaó
- Camaçari
- Genito do Ouro
- Irapuã
- Ilhéus
- Cafarnaum
- Ubatã
- Jussara
- Eucides de Cunha
- Presidente Dutra
- América Dourada
- Central
- Lapão
- Canarana
- Molungu do Morro
- São Gabriel
- Canudos
- Itititã
- Quilanjungue
- Ubatã
- João Dourado
- Barra do Mendes
- Tucano
- Monte Santo
- Nordestina
- Barro Alto
- Cansanção
- Souto Soares
- Queimadas

sive com esta esta cultura de ódio, de adversidade”, disse.

Destacou ainda a retomada da economia brasileira. “A construção civil lançou este ano 90 mil unidades novas e o emprego com carteira também aumentou. Foram 800 mil novos postos de janeiro até outubro. São sinais claros de que a economia está crescendo”, disse. “A economia vai crescer mais ainda no ano que vem e voar em 2021. O Brasil vai dar certo. E os senhores [os empresários] têm participação fundamental, pois geram emprego e pagam impostos”, afirmou.

**DIÁLOGO**

A presença do ministro Luiz Eduardo Ramos na Bahia e as ações e projetos previstos para o estado agradaram o setor produtivo local. O presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, elogiou a iniciativa do governo federal em dialogar com o setor produtivo.

“Nós queremos diálogo com a Bahia, com o Brasil e com o resto do mundo. É preciso somar. O ministro pode contar conosco para que a interlocução entre o governo federal, estadual e municipais seja o mais construtivo possível”, afirmou. “O Brasil não tem mais tempo a perder, o Nordeste não tem mais tempo a perder, e a Bahia muito menos. Temos a obrigação de diminuir as diferenças regionais”, acrescentou.

O presidente da Federação do Comércio da Bahia (Fecomércio), Kelsor Fernandes, disse que o governo Bolsonaro tem ouvido o setor produtivo nacional.

“É uma oportunidade para a gente conhecer as metas do governo e, ao mesmo tempo, apresentar as nossas reivindicações também”, afirmou. Para Carlos Henrique Passos, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon), o grande mérito da visita foi “abrir um canal de diálogo” entre o governo federal e o setor produtivo baiano.



**O Brasil não tem mais tempo a perder, o Nordeste não tem mais tempo a perder, e a Bahia muito menos**  
Ricardo Alban

Presidente da Fieb



**O Pacto Mais Brasil – Nordeste é mais uma oportunidade e esperança para o país**  
Wilson Andrade

diretor executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (Abaf)



**É uma oportunidade para conhecer as metas do governo e, ao mesmo tempo, apresentar as nossas reivindicações**  
Kelsor Fernandes

Presidente em exercício da Fecomercio



SETTO JR.

Ministro Luiz Eduardo Ramos durante visita ao Senai Cimatec

**Presidente busca deixar sua marca na região**

A saída do ex-presidente Lula da prisão acendeu um alerta no Palácio do Planalto em relação à única região em que o presidente Bolsonaro perdeu o segundo turno das eleições do ano passado: o Nordeste. Enquanto o petista já começa a fazer viagens pela região, o governo tenta tirar do papel seus planos enquanto sofre com o impacto negativo do vazamento de óleo que atingiu as praias da região.

O Palácio do Planalto tem tido dificuldades para deixar

**Bolsonaro estará em Salvador quarta-feira para inaugurar a primeira fase das obras de modernização do aeroporto**

sua marca no Nordeste no primeiro ano da gestão. O diagnóstico é que Bolsonaro ainda depende de programas do governo Lula, como o Bolsa Família — que ganhou um 13%. Os investimentos do governo federal na região cairam este ano, segundo um levantamento do jornal O Globo: de janeiro a outubro, foram pagos R\$ 5,7 bilhões pelos ministérios, contra R\$ 3,8 bilhões no mesmo período do ano passado.

O ministro da Secretaria de

Governo, Luiz Eduardo Ramos, é quem tem se dedicado mais ao Nordeste. Ele teve agendas recentes com os governadores petistas Fátima Bezerra (RN) e Camilo Santana (CE) e com os posseibistas Paulo Câmara (PE) e João Azevedo (PB), além de Renan Filho (MDB-AL) e Belivaldo Chagas (PSD-SE). O gesto, porém, foi malvisto entre deputados aliados. Eles fizeram chegar ao governo reclamações de uma suposta tentativa de formar pontes com a

oposição. “É uma região muito sofrida. Ah, votou no Haddad, é PT”. Pô, meu amigo, o povo precisa de apoio. Votou no PT? Tudo bem. É um direito deles. Agora, não vou deixar os caras a pão e água”, diz o ministro.

Bolsonaro deve participar, no dia 11, da cerimônia que marcará a entrega da primeira fase da modernização do Aeroporto Internacional de Salvador. Será sua primeira visita à cidade.

**ESTADÃO CONTEUDO**

**Metro1**

# Reforma da Previdência não resolve crescimento da despesa do Estado, diz ex-ministro Antônio Delfim Neto

Economista também avalia que PECs enviadas pelo Planalto ao Congresso devem passar por ajustes, mas estão em um caminho certo para melhoria do cenário da economia



Foto : Roosevelt Pinheiro/Arquivo Agência Brasil

Por **Juliana Almirante** no dia 09 de Dezembro de 2019 · 08:51

O economista, professor e ex-ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, disse hoje (9), em entrevista à **Rádio Metrôpole** hoje (9), que a reforma da Previdência é importante, porque irá reduzir o crescimento das despesas do Estado brasileiro, mas não resolve o aumento dos custos do governo.

"A Reforma da Previdência é muito importante e vai alterar o crescimento da despesa (do Estado) no futuro, mas não resolve o problema de crescimento. Acho que vendemos reforma como espécie de elixir mágico. Ela, na verdade, vai reduzir o déficit da Previdência nos próximos 10 anos, em torno de R\$ 800 bilhões. Mas se você olhar a importância disso é, simplesmente, se você estabiliza um pouco mais a despesa, as despesas não vão reduzir. As despesas vão continuar crescendo, mas, em lugar de crescer 50 bilhões por ano, vai crescer 40 bilhões", analisou.

Delfim Neto também acredita que as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) enviadas pelo Planalto ao Congresso devem passar por ajustes, mas estão em um caminho certo para melhoria do cenário da economia.

"As medidas de Guedes, as 3 PECs que estão no Congresso, estão na direção correta. É claro que precisam de longa discussão no Parlamento. Medidas como essa envolvem exageros que devem ser corrigidos, é por isso que o Parlamento existe. Mas acho que a direção de Guedes, o objetivo final, que é tirar o Estado do cangote do setor privado brasileiro, acho que está correto", pontuou.

O ex-ministro ainda acredita que, mesmo com todas as complicações que o Brasil ainda passa economicamente, o setor apresenta sinais de melhora desde o governo do ex-presidente Temer, o que deve continuar na gestão de Jair Bolsonaro.

"Não só eu sinto, como estatísticas revelam, que estamos tendo melhora consistente. Na minha opinião, quando tiver terminado o ano e compararmos o quarto trimestre de 2019 com o de 2018, vamos ver que estamos em 1,6 e 1,7. O que mostra que é perfeitamente possível que, no ano que vem, devemos estar com crescimento de 2 e 2,5. Ainda baixo, mas é maior do que o crescimento da população. Pela primeira vez, depois de muitos anos, vamos ter aumento da renda per capita", estima.

O economista também avaliou que o governo Bolsonaro pode ser dividido em dois grupos: um deles com capacidade operacional, o que inclui Paulo Guedes; e outro ideológico, com preconceitos e ausência de conhecimento empírico.

"Concordo que o governo é dividido por grupo sombrio, que controla o coração do Palácio, e o grupo iluminado, esclarecido, que tem que realizar suas tarefas a despeito do grupo sombrio", disse.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**PROJEÇÃO** Segundo a última pesquisa do BC, taxa deve chegar a 4,25% ao ano, em fevereiro

## Copom realiza a última reunião do ano com possível queda da Selic

**KELLY OLIVEIRA**

Agência Brasil, Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) realiza amanhã e quarta-feira (11) a última reunião deste ano para definir a taxa básica de juros da economia (Selic), atualmente em 5% ao ano. A expectativa é de uma nova redução da Selic em 0,5 ponto percentual para 4,5% ao ano.

No final de julho, o Copom iniciou um ciclo de cortes, reduzindo a Selic em 0,5 ponto percentual para 6% ao ano. Em setembro, a Selic foi reduzida novamente em 0,5 ponto percentual, e em outubro, houve mais um corte de 0,5 ponto percentual.

Segundo a última pesquisa do BC ao mercado financeiro, a Selic deve cair mais em 2020, chegando a 4,25% ao ano, em fevereiro, e será mantida nesse patamar nas reuniões seguintes até dezembro, quando será elevada para 4,5% ao ano.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Neste ano, a meta é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. Para o mercado financeiro, a infla-

**No final de julho, o Copom iniciou um ciclo de cortes, reduzindo a Selic para 6% ao ano**

**Para o mercado financeiro, a inflação pelo IPCA deve ficar em 3,52% abaixo do centro da meta,**

ção calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar abaixo do centro da meta, em 3,52%, neste ano.

Para 2020, a previsão também está abaixo da meta (4%), em 3,60%.

### Controle

Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incen-



BCB / Divulgação / 23.6.2019

**Copom do Banco Central se reúne amanhã**

tivar a produção e o consumo no país.

Para cortar a Selic, o Copom precisa estar seguro de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação.

O Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto — comprando e vendendo títulos públicos federais — pa-

ra manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião do Copom.

A taxa básica, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

O Copom, formado pela

diretoria do BC, reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro.

No segundo dia, os membros do Copom deverão analisar as possibilidades e deverão definir a taxa de Selic em dezembro.

# FOLHA DE S.PAULO

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

### Pedalada eleitoral

Congresso afronta Orçamento com proposta de destinar R\$ 3,8 bilhões a campanhas em 2020

Beira o achincalhe a proposta gestada no Congresso para dotar o fundo eleitoral com R\$ 3,8 bilhões em 2020, ou R\$ 1,8 bilhão além do que antes se previa. Do PSL ao PT, passando pelo famigerado centrão, 13 partidos se mancomunaram para impor ao país uma despesa que só interessa a políticos.

Parlamentares agem como se o Brasil não padecesse sob um draconiano arrocho orçamentário, imposto pela escalada da dívida pública — que levou à adoção do teto constitucional de gastos durante o governo Michel Temer (MDB).

Falta dinheiro para tudo, do custeio ao investimento, e eles se dispõem a abusar do escasso crédito que ainda têm com a população.

Com a vigência do teto, o dispêndio terá de ser compensado com cortes noutros setores e serviços. Aqui a liga da injustiça formada na Comissão Mista do Orçamento se esmerou para comprovar o descaso com a opinião pública.

A ideia inicial parecia talhada para deflagrar revolta: R\$ 500 milhões seriam tirados da saúde pública, R\$ 380 milhões da infraestrutura (leia-se: saneamento e habitação), R\$ 280 milhões da educação.

O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) avisou a seus pares que precisam explicar melhor à sociedade de quais fontes sairão os recursos. Por outro lado, como se já encaminhando contra a ideia in-

feliz, alertou que o eleitorado jamais se dará por satisfeito com os valores do financiamento público.

Com efeito, destinar R\$ 2 bilhões para o fundo já soava como provocação, em tempo de garrote orçamentário, dado que aí já se embutira aumento de R\$ 300 milhões sobre o R\$ 1,7 bilhão despendidos no pleito de 2018. Mais que duplicar esse montante, chegando aos R\$ 3,8 bilhões, equivale a cumular imprudência com indecência.

Como se não bastasse, o controle social sobre o gasto dos recursos bilionários é nulo. Caciques partidários controlarão essas verbas para financiar seus milhares de cabos eleitorais e apadrinhados nos 5.570 municípios do país.

Alega-se que eleições para prefeitos e vereadores são mais caras que pleitos nacionais, como o de 2018, porque há mais candidatos envolvidos. Ora, se hospitais, escolas e outras serviços têm de se virar com menos dinheiro, por que não podem fazer o mesmo todos os que almejam um cargo público?

A fim de arrancar da sociedade recursos para sustentar a corporação, desaparecem as diferenças ideológicas entre as siglas signatárias da proposta. Não há polarização. Elas representam 430 dos 513 deputados e 62 dos 81 senadores.

Senadores e deputados deveriam convencer-se, enquanto é tempo, de que estão sozinhos e isolados nessa empreitada doidivas.

# FOLHA DE S.PAULO

## Desafio do governo passa por otimismo econômico e controle da comunicação

Enxergam avanços na economia principalmente os homens, os mais escolarizados e com maior renda

### ANÁLISE

**Mauro Paulino e Alessandro Janoni**

Paulino é diretor-geral do Datafolha e Janoni, diretor de pesquisas do instituto

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) completa um ano de governo com popularidade mais baixa do que a verificada no início do mandato, porém com oscilações positivas, dentro da margem de erro, em relação à pesquisa realizada no final de agosto, quando a polêmica sobre as queimadas na Amazônia assumiu proporção de crise internacional, em confronto direto com o presidente da França, Emmanuel Macron.

A leve variação se dá principalmente pelo refluxo de parte do apoio que Bolsonaro havia perdido por conta do episódio, inclusive em segmentos da população que o elegeram.

A bandeira do meio ambiente e a inadequação do presidente brasileiro ao lidar com essa e outras questões da gestão havia atingido não só estratos que historicamente o rejeitam —mulheres,

os mais pobres e os que vivem no Nordeste— como também alcançado parcela dos que mais o apoiam, como homens, moradores do Sul e os mais escolarizados.

Agora, ele recupera pontos tanto nestes subconjuntos quanto entre os mais ricos, onde quase a metade o considera ótimo ou bom. Como são estratos de baixo peso quantitativo na composição do eleitorado, as alterações não se projetam significativas para o total da amostra.

Com base nos dados, os fatores que melhor explicam o resultado são pequenas mudanças de percepção da opinião pública sobre o comportamento do presidente e também sobre o desempenho da economia.

A taxa dos que dizem que Bolsonaro nunca age como um presidente da República caiu quatro pontos percentuais nos últimos três meses. O fato coincide com maior controle da comunicação oficial, depois de arroubos belicosos nas redes sociais em função da divulgação do envolvimento de seu nome nas

investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Sobre a economia, nenhuma outra área do governo apresentou crescimento de popularidade mais expressivo —o índice dos que aprovam o setor subiu cinco pontos percentuais nos últimos três meses, enquanto o combate à corrupção, mote do marketing eleitoral bolsonarista e um dos itens melhor avaliados do governo em agosto, caiu em proporção e equivalente.

Outras variáveis apontam para a mesma direção —a taxa dos que acham que a crise econômica do Brasil deve demorar

para acabar sofreu queda de quatro pontos, e o índice dos que percebem melhoras na economia nos últimos meses subiu cinco. Enxergam avanços na economia principalmente os homens, os mais escolarizados e com maior renda familiar mensal.

O período de campo do levantamento coincide com a divulgação dos números de alta do PIB no terceiro trimestre deste ano, alavancado principalmente por investimentos do setor privado, assim como com a liberação de recursos do FGTS e pagamento da primeira parcela do 13<sup>o</sup>.

Interessante notar que a aprovação ao ministro Paulo Guedes oscila um ponto positivo, enquanto a de Sergio Moro oscila um negativo, dentro dos limites da margem de erro, o que remete a estudos futuros a confirmação ou não das tendências detectadas agora.

O mesmo raciocínio vale para a imagem do presidente Jair Bolsonaro. Não só as variações de sua avaliação ficaram dentro da margem de erro, como também as oscilações no índice de afinidade dos

brasileiros com o presidente.

Segundo a escala elaborada pelo Datafolha, a taxa de bolsonaristas "heavy", isto é, eleitores do presidente que o aprovam e confiam em tudo que ele diz, passou de 12% para 14% na população, índice que chega a 37% entre empresários, 31% entre habitantes mais ricos do Sul e 29% entre os homens com renda superior a 5 salários mínimos.

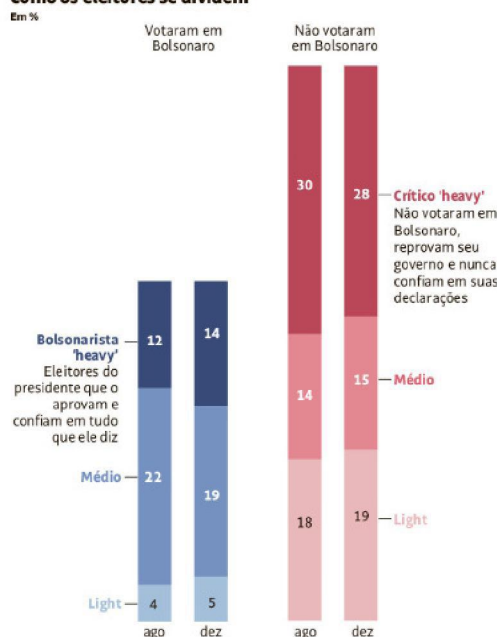
No extremo oposto, detratores "heavy", que não votaram, o reprovam e não confiam em Bolsonaro, oscilaram negativamente dois pontos nos últimos três meses —de 30% para 28%. São principalmente entrevistados que se auto classificam indígenas (42%) e negros (35%). Também ocorrem com mais frequência entre os que se dizem desempregados (39%), estudantes (37%) e entre as mulheres de menor renda (32%).

Sobre o futuro, o desafio do governo passa por manter o controle da comunicação oficial e gerar expectativa positiva quanto à economia, tarefa mais difícil diante do crescimento de pessimismo sobre a inflação.

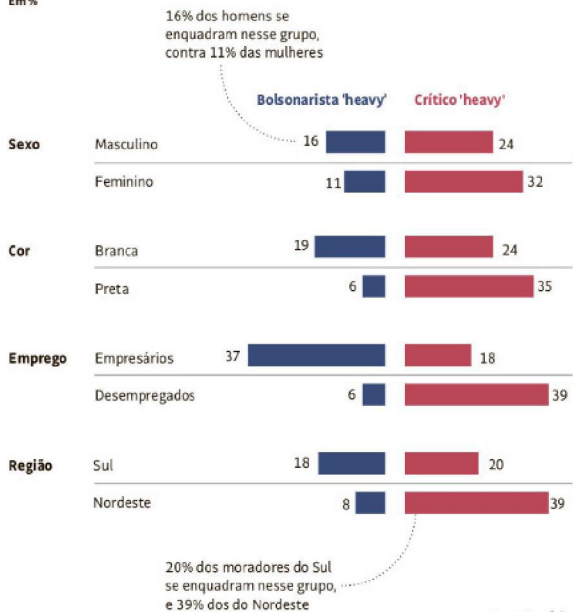
[...]

**Sobre a economia, nenhuma outra área do governo apresentou crescimento de popularidade mais expressivo**

### Como os eleitores se dividem



### Quem eles são



Fonte: Datafolha

## FOLHA DE S.PAULO

# Sem CPMF, governo já admite desoneração parcial da folha

Isenção completa só viria após período de ajuste fiscal e crescimento econômico

Thiago Resende  
e Fábio Pupo

BRASÍLIA O cardápio de medidas em estudo para tentar compensar a desoneração da folha de pagamentos não deve, na avaliação de técnicos do governo Jair Bolsonaro, ser suficiente para bancar uma desoneração completa —incentivo para baratear o custo da mão de obra no país.

A fonte para os recursos é o principal desafio do governo para atender a vontade do ministro da Economia, Paulo Guedes, de retirar os encargos das empresas. Hoje, o empregador paga 20% sobre a folha de salários como forma de contribuição para as aposentadorias dos trabalhadores.

Técnicos ainda traçam cenários, na formulação da proposta de reforma tributária, para rever essa cobrança, que, na visão de Guedes, é nociva para a geração de empregos.

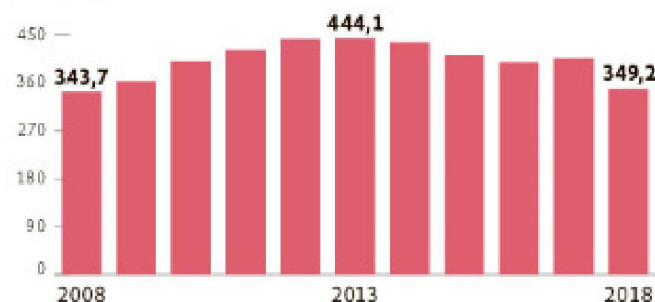
Apesar do esforço, estudos preliminares indicam que não será possível —pelo menos, no curto ou médio prazo— zerar a taxação patronal.

Em tempos de crise nas con-

### Tributação sobre folha de salários

Arrecadação composta por contribuições previdenciárias sobre empresas em geral e destinadas a outras entidades ou fundos e também contribuições ao PIS/Pasep, além de CPSS (Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor)\*

Em R\$ bilhões



\*Preços de dezembro de 2018 (atualizados pelo IPCA) Fonte: Receita Federal

individual (MEI), a empresas do Simples, à produção na Zona Franca de Manaus, à cesta básica e a incentivos setoriais.

O time de Guedes quer reduzir essas desonerações. O objetivo é que esses descontos caiam pela metade em até dez anos, dos atuais 4,2% do PIB (Produto Interno Bruto) para 2% do PIB. Esse corte, no entanto, deve ser gradual.

que o Congresso decida acelerar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de uma reforma tributária mais ampla, pois essa grande reestruturação do sistema entraria em vigor após anos de transição, enquanto a junção de PIS e Cofins já produziria



### O que pode compensar a desoneração da folha

- Revisão nos benefícios tributários, inclusive na cesta básica
- Novas alíquotas no Imposto de Renda, taxando mais os mais ricos
- Cobrança de imposto sobre dividendos

### 20%

é a contribuição patronal sobre a folha de salários para a Previdência

### R\$ 200 bilhões

é quanto as empresas recolhem de contribuição

efeitos rápidos na economia.

Já a parte que trata da desoneração da folha de pagamentos e medidas para bancar o desconto na taxação —mesmo que parcialmente— seria deixada para a partir do próximo ano e ainda dependeria de aval do Congresso.

tas públicas, o governo não quer abrir mão de receitas.

As empresas pagam, atualmente, cerca de R\$ 200 bilhões por ano como contribuição previdenciária.

Sem recursos para bancar a desoneração total, um desconto parcial passa a ser uma possibilidade em estudo pelo governo. Somente após um período de ajuste fiscal e de crescimento econômico (com uma eventual recuperação na arrecadação) poderia se avançar em uma tentativa mais forte de isenção completa.

Atualmente, três grandes medidas estão em estudo para tentar viabilizar o desejo de Guedes: revisão nos benefícios tributários, inclusive na cesta básica; novas alíquotas no Imposto de Renda, taxando mais os mais ricos; e cobrança de imposto sobre dividendos.

Com isso, os cofres públicos passariam a arrecadar mais. Porém, técnicos já preveem que as três ações não gerariam uma receita de R\$ 200 bilhões por ano.

Quase três meses após o veto do presidente Bolsonaro à criação do imposto sobre pagamentos (comparada à antiga CPMF) e a demissão de Marcos Cintra (ex-secretário especial da Receita Federal), o governo, portanto, ainda não tem uma proposta clara para bancar a desoneração.

O tributo defendido por Cintra tinha um potencial arrecadatório de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões por ano. Mas a ala política do governo considerava que o desgaste — na troca da contribuição previdenciária pela nova CPMF — seria muito grande e a ideia seria barrada no Congresso.

Tem ganhado espaço nas discussões a revisão de benefícios tributários.

Só em 2020, o Ministério da Economia estima que deixará de arrecadar cerca de R\$ 330 bilhões com esse tipo de política. No conjunto atual de benefícios, estão aqueles voltados ao microempreendedor

O governo também está convencido de que precisa taxar mais a renda, e menos o consumo. Por isso, está em estudo uma revisão do IR.

Há a possibilidade até de criação de uma nova faixa de tributação do imposto, com alíquota maior para os mais ricos. Em troca, seria ampliada a isenção para os mais pobres.

Hoje, a maior alíquota do IR é de 27,5%. Apesar de fontes afirmarem que o governo chegou a avaliar simulações para uma alíquota de 35%, o Ministério da Economia diz atualmente que o novo percentual não seria tão alto.

Mesmo assim, é esperado um ganho na arrecadação dos cofres públicos com a revisão do IR — o que seria impulsionado também pela cobrança de dividendos.

Bolsonaro defende desde a campanha eleitoral uma isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000. A equipe econômica, porém, tem mostrado dificuldade para atender o pedido no curto prazo em razão da perda de arrecadação que a medida provocaria.

A proposta de reforma da Previdência em elaboração pelo governo será fatiada. A primeira etapa deverá ser um projeto para unificar PIS e Cofins.

Simulações já feitas indicam que o imposto resultante da fusão teria alíquota entre 11% e 12%. A ideia do governo é permitir que todos os insumos da cadeia produtiva gerem crédito tributário, o que acabaria com disputas históricas na Justiça.

Além disso, na hora de calcular o imposto, não seriam considerados valores referentes a outros tributos, como ICMS. Assim, a alíquota pode ficar acima dos atuais 9,25%, no sistema não cumulativo.

A equipe econômica tem declarado que pretende enviar o projeto sobre PIS e Cofins até o fim deste ano, mas essa é uma decisão que depende da ala política do governo.

A fusão, segundo técnicos, poderia ser aprovada mesmo



Veículo: O Globo	Online
Data: 06/12/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

## Governo vai economizar R\$ 96 bilhões com juros da dívida em 2020, prevê Guedes

Cálculos refletem cortes da Selic, recuo de taxas após reforma da Previdência e devolução de recursos pelo BNDES

Rennan Setti

06/12/2019 - 13:20 / Atualizado em 06/12/2019 - 14:08



O ministro da

Economia, Paulo Guedes, participou de seminário no BNDES, no Rio Foto: Reuters

RIO - A **redução dos juros** levará a uma economia de **R\$ 96 bilhões** no custeio da **dívida pública**, afirmou, nesta sexta-feira, o ministro da Economia, Paulo **Guedes**.

Segundo ele, os cálculos são do secretário do Tesouro

Nacional, **Mansueto Almeida**, e refletem não apenas os cortes da taxa básica, a **Selic**, mas o recuo das taxas

futuras após a aprovação da **reforma da Previdência** e a devolução de recursos pelo **BNDES**.

- Com a desaceleração da dívida e com a queda dos juros dessa dívida, mudamos o "mix" de política monetária e fiscal. Para o ano que vem, contas do Mansueto de duas semanas atrás, as despesas de juros vão cair R\$ 96 bilhões. São três Bolsas Família. Recursos que estavam aí, como eu sempre digo, no paraíso dos rentistas - disse Guedes, em evento na sede do BNDES sobre saneamento básico.

Em outubro, a despesa do governo com juros da dívida somou R\$ 349,2 bilhões em últimos 12 meses, equivalente a 4,96% do PIB. Foi o menor nível em cinco anos, segundo o Banco Central, mesmo com um salto de 70% no tamanho da dívida bruta no período.

Segundo Guedes, a reforma da Previdência "derrubou a torre dos privilégios" e derrubou as taxas de juros futuros de longo prazo:

- Os juros curtos já estão na eminência de cair de novo. No governo anterior, os juros longos não caíram porque não houve reforma da Previdência - disse Guedes, sem mencionar, porém, a decepção de analistas e economistas com a reforma da Previdência dos militares.

Em seu discurso, Guedes repetiu críticas que costuma fazer, como ao aumento dos gastos públicos nos governos anteriores, à política de "campeões nacionais" do BNDES nos governo Lula e Dilma - que chamou de "gigantesca e perversa máquina de transferência de renda", citando nominalmente a JBS - e aos os impostos sobre folha de pagamento ("armas de destruição em massa de empregos").

- É um absurdo botar dinheiro para um ou dois países aí que são parceiros

ideológicos... É obscurantismo - criticou o ministro, referindo-se à política de financiamento à exportação de serviços de engenharia por empreiteiras brasileiras em países como Venezuela e Cuba nos governos do PT.

De acordo com Guedes, os gastos públicos não vão crescer porque "o que é ruim não cresce."

- Não vamos destruir nada do que está feito, não vamos cortar. Vamos gastar menos e melhor. A boa notícia é que os investimentos estão crescendo 2%, e o Brasil só vai crescer se investir mais - acrescentou.

Veículo: O Globo	Online
Data: 06/12/2019	Coluna: Economia

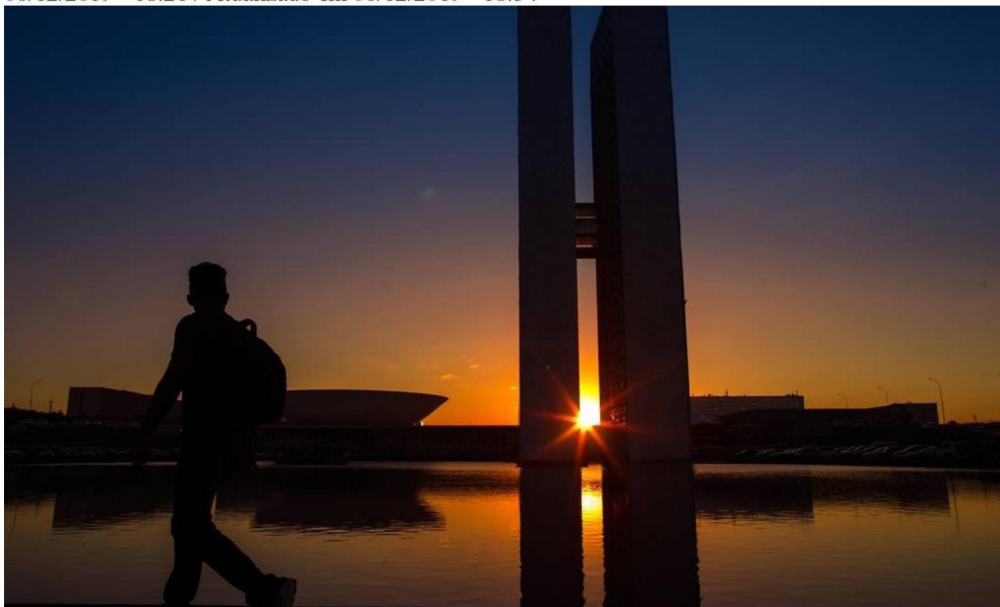
**O GLOBO**

# Governo ainda precisa de aval do Congresso para liberar R\$ 28,1 bilhões em projetos

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tentará pautar análise dos projetos semana que vem, mas clima é incerto

**Marcello Corrêa**

06/12/2019 - 18:21 / Atualizado em 06/12/2019 - 18:34



Final de tarde no

Congresso, em Brasília Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo

[PUBLICIDADE](#)

BRASÍLIA - Faltando duas semanas para o fim dos trabalhos no Congresso, o governo ainda depende do aval de parlamentares para autorizar os ministérios a gastarem R\$ 28,1 bilhões. Entre os pedidos pendentes, está a permissão para o repasse de R\$ 5,7 bilhões extras a que os estados e municípios têm direito por causa do leilão de petróleo do excedente da cessão onerosa.

Ao todo, deputados e senadores terão que analisar 25 projetos de lei que abrem créditos extras no Orçamento para autorizar pagamentos para 12 pastas. Estão nessa lista, por exemplo, um projeto para autorizar o aumento de R\$ 3,8 bilhões no Orçamento para fortalecer ações em áreas como saúde e saneamento básico.

Outro projeto prevê uma autorização para pagar R\$ 5,4 bilhões à Petrobras Netherlands, subsidiária holandesa da petroleira brasileira. Há ainda uma pendência de um projeto que autoriza R\$ 470 milhões para projetos relacionados a projetos militares, incluindo aquisição de aeronaves e construção de submarinos.

Caso os projetos não sejam aprovados neste ano, esse montante será revertido para reduzir o rombo nas contas públicas. O Congresso articula, no entanto, para conseguir destravar a pauta e votar os projetos. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deve se pronunciar na segunda-feira sobre a agenda do plenário.

Está na balança, no entanto, o andamento de outras pautas, como o projeto sobre a condenação após prisão em segunda instância. Caso a sessão do Congresso seja convocada, os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde está o projeto em segunda instância, ficam bloqueados. Um líder classificou como “difícil” a possibilidade de avançar nessas pautas.

Para serem aprovados, os projetos que abrem crédito extra no Orçamento precisam de maioria absoluta em ambas as casas: 257 votos entre os 513 deputados e 41 votos entre os 81 senadores.

## Comissão Mista não é instalada e reforma tributária fica paralisada no Congresso

Davi Alcolumbre não define relator de grupo que poderia romper o impasse

Por **Andrea Jubé e Vandson Lima** — De Brasília

09/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

A uma semana do início do recesso parlamentar, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), não viabilizou o acordo entre as duas Casas para criar a comissão mista da reforma tributária. Na última semana, Alcolumbre atribuiu a demora na criação do colegiado à disputa de bastidores pela relatoria do projeto. “O problema é que os dois querem ser relatores”, justificou o presidente do Senado em um jantar na última terça-feira com senadores e empresários do setor de franquias. A disputa pela função envolve o líder da maioria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e o líder do PSDB no Senado, Roberto Rocha (MA).

Aguinaldo é o relator da proposta de emenda constitucional (PEC 45) que altera e simplifica o sistema tributário, de autoria do líder do MDB, Baleia Rossi (SP), e que já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Roberto Rocha é o relator da PEC 110, baseada em texto do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, e que aguarda pauta na CCJ do Senado. O ponto em comum das duas propostas é a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com a unificação dos tributos.

O Executivo ainda mede a temperatura política para enviar ao Legislativo a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, que unifica PIS e Cofins em um IVA federal, com cobrança no destino e não cumulativo.

Aguinaldo - que estava no mesmo jantar que Alcolumbre - e Rocha negaram o impasse. Mas nenhum dos dois se declarou ao **Valor** disposto a assumir a presidência do futuro colegiado, em detrimento da relatoria. Questionado sobre o impasse, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ponderou que cabe a Alcolumbre a coordenação do assunto.

O cargo de relator é o mais atraente porque protagoniza os debates e é o responsável por dar a forma final da proposta. Até a apresentação do relatório, é o interlocutor procurado por parlamentares e empresários para a construção dos acordos.

A ideia da comissão mista para otimizar e acelerar a tramitação das três propostas no Legislativo surgiu nas reuniões entre Guedes, Alcolumbre e Maia em outubro para definir o pacote das votações pós-reforma da Previdência.

Alcolumbre defendeu em entrevistas o modelo de uma comissão especial formada por 15 senadores e 15 deputados para votar a reforma tributária. Ele ponderou que não era viável aprovar, em prazo razoável, o sistema tributário com três propostas simultâneas em andamento.

O presidente do Senado já chegou a argumentar que a criação da comissão seria o simbolismo de que o Congresso quer efetivamente votar a matéria.

O **Valor** mostrou na sexta-feira que os acordos sobre a reforma em andamento nos bastidores consideraram a possibilidade de um tratamento diferenciado para os segmentos de saúde e educação, o que é considerado um avanço para os representantes dos dois setores em relação à unificação dos tributos sobre consumo. As duas propostas em tramitação no Congresso incluem os Estados, modelo que é refutado pelo Executivo.

## A caminho da planície, Maia reforça pregação reformista

Presidente da Câmara foi a 18 eventos empresariais em 6 meses

Por Malu Delgado — De São Paulo

09/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Maia: para presidente da Câmara, sociedade precisa "reafirmar a importância da democracia e de suas instituições" — Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados

“É esse cara que toca o país, né? Enquanto isso o Bolsonaro fica lá com as briguinhas dele, de esquerda, direita”, comentava um advogado com um grupo de colegas de profissão, em uma mesa, durante almoço organizado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), na última sexta-feira, para ouvir a previsão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sobre as perspectivas do ano legislativo de 2020.

Nos últimos seis meses, Maia teve pelo menos 18 encontros públicos, somente na capital paulista, com empresários, representantes do mercado financeiro, organizadores de movimentos de renovação política e especialistas em educação. As agendas com a elite paulistana normalmente ocorrem às segundas-feiras, quintas e sextas, quando as sessões na Câmara, em Brasília, são não deliberativas (sem votações).

Maia terá apenas mais um ano à frente da Câmara e, como definiu um colega parlamentar, sentirá, depois, as mazelas de voltar a ser planície. Na previsão de agenda que fez durante esse último almoço em São Paulo, o deputado não só demonstrou que há possibilidade de aprovação das reformas tributária e administrativa como deixou claro que essas serão suas principais frentes

O presidente da Câmara apontou a revolução tecnológica das últimas décadas, que levou “à redução dos intermediários em qualquer área da sociedade”, como o principal desafio para a democracia nos tempos atuais. “Os governos autoritários vêm para contestar de forma permanente as instituições democráticas”, sustentou, sem em nenhum momento citar nominalmente o atual governo brasileiro.

Segundo ele, o mais relevante não é o fato de existirem as fake news, mas a rapidez com que viralizam, sem que plataformas digitais sejam responsabilizadas. “A gente precisa conhecer quem financia, como financia e por que financia”, afirmou, num momento em que a Câmara conduz uma tumultuada comissão parlamentar de inquérito para apurar fake news. “O caminho que a sociedade tem é reafirmar a importância da democracia e de suas instituições.”

Ao prever ambiente favorável para as reformas, Maia repetiu um discurso de cobrança das elites por sua responsabilidade na mudança do Estado. “Precisamos, sim, olhar a reforma administrativa como uma prioridade. Eu sou contra esse Estado que está aí. Ele enfraquece a política, enfraquece a democracia. Todos nós, aqui, temos a obrigação de construir outro Estado”, afirmou.

Como exemplos das distorções no setor público, Maia citou seu quintal. Disse que, do orçamento da Câmara, de R\$ 5,4 bilhões, R\$ 3,6 bilhões financiam salários e aposentadorias de servidores públicos. O salário médio na Câmara é de R\$ de 30 mil e em cinco anos as carreiras de nível superior atingem o teto salarial previsto para o funcionalismo público.

Na tentativa de convencer a elite que o aclama como personagem que atua com responsabilidade política, o presidente da Câmara afirmou que o Brasil construiu, nos últimos 30 anos, “um Estado concentrador de renda, que atende a pouca parte da sociedade, é ineficiente e que concentra os seus interesses na mão de poucos.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.  
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Os piores lugares para você investir seu dinheiro. Nomes e motivos em artigo completo.  
EUQUEROINVESTIR.COM

### LINK PATROCINADO

O que você pode fazer para obter sucesso em seus projetos?  
INNOVE PROJECTS

### LINK PATROCINADO

Avaliação: Suzuki Jimny Sierra é o SUV compacto que não é SUV compacto  
REVISTA CARRO PARA SUZUKI

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Caixa deve cortar juros no cheque especial e no rotativo do cartão, se Selic cair

### VALOR INVESTE

Mais de um em cada dez brasileiros já perderam dinheiro em fraudes e pirâmides

### VALOR INVESTE

Pessoas com deficiência podem tirar Passe Livre pela internet



## Compensação tributária neste ano já supera resultado de 2018

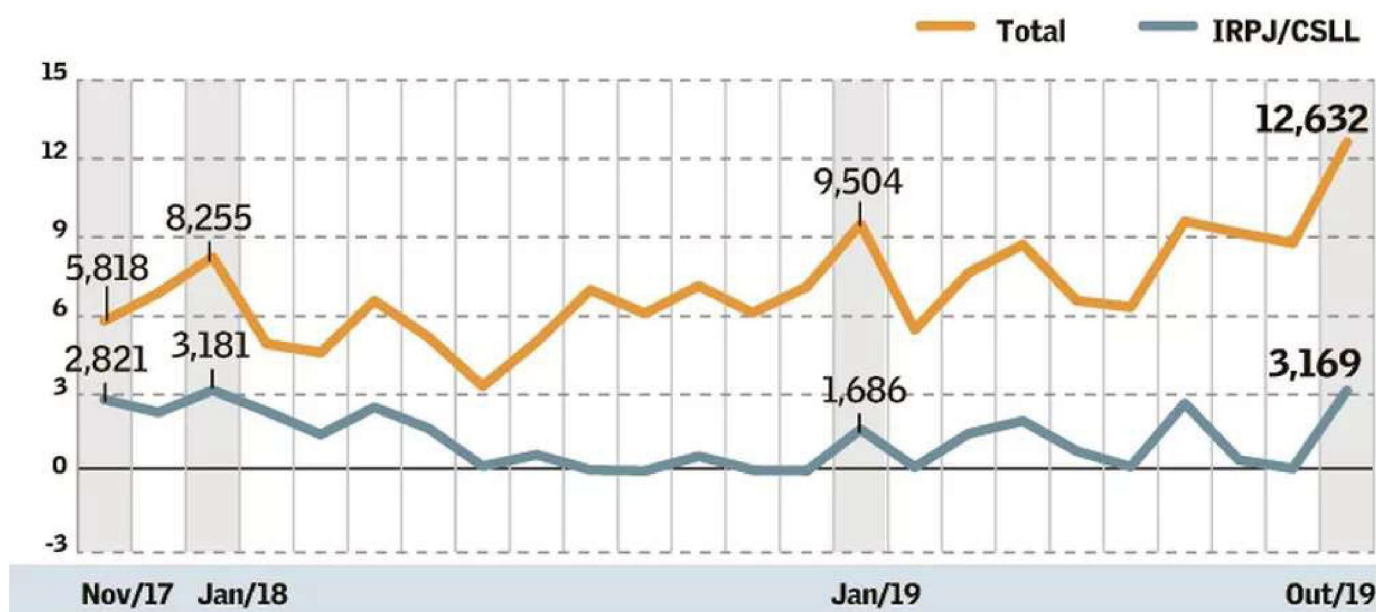
Valores de janeiro a outubro somaram R\$ 84,9 bilhões, superando os R\$ 71,5 bilhões registrados em todo o ano passado

Por Edna Simão — De Brasília

09/12/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

### Acerto de contas

Compensações crescem com abatimento de débitos previdenciários



Fonte: Receita Federal

As compensações tributárias somaram R\$ 84,9 bilhões no período de janeiro a outubro, superando todo o valor contabilizado em 2018, de R\$ 71,5 bilhões. Somente no mês passado, foram utilizados R\$ 12,632 bilhões em crédito (por pagamentos feitos a mais) para quitar outros débitos tributários, conforme levantamento da Receita Federal. Em 2018, a arrecadação acabou sendo beneficiada pela queda das compensações, mas neste ano esse “efeito positivo” está sendo neutralizado.

O aumento das compensações tributárias em 2019 reflete mudanças nas regras feitas com a Lei nº 13.670, de maio de 2018, que permitiu a compensação de débitos e créditos de contribuição previdenciária com outros tributos administrados pela Receita, segundo técnicos do fisco informaram ao **Valor**. Essa compensação só pode ser utilizada por empresas optantes do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

“Na ótica do contribuinte houve uma melhora, pois se abriu [com a legislação] uma nova possibilidade para compensação de crédito tributário”, destacou técnico da Receita, acrescentando que o setor exportador, por exemplo, pode ser um dos beneficiados com a medida.

Outro fator que puxou o volume das compensações foi o fato de a legislação ter proibido o abatimento de tributo pelos contribuintes que apresentam declaração de IRPJ/CSLL com base na estimativa de lucro. A medida, num primeiro momento, provocou uma queda

No caso das compensações feitas com créditos do IRPJ/CSLL, elas totalizaram R\$ 3,169 bilhões em outubro, o maior valor registrado neste ano. Em maio de 2018, quando a legislação foi aprovada, a compensação somou R\$ 1,720 bilhão, caindo para R\$ 276 milhões em junho. Em janeiro deste ano (mês cabeça de trimestre, ou seja, de concentração de pagamento de tributos) o número voltou a rondar a casa de R\$ 1 bilhão. No acumulado de janeiro a outubro, essa compensação chegou a R\$ 13,131 bilhão. Em todo o ano passado, o valor foi de R\$ 13,443 bilhões.

Os técnicos da Receita acreditam que a tendência é que as compensações tributárias se estabilizem, mas não dizem quando nem em que patamar. Segundo os técnicos, independentemente do impacto da legislação e do desempenho da economia, o comportamento das compensações é imprevisível. Por exemplo, pode oscilar conforme a situação financeira da empresa, ou seja, dependendo do fluxo de caixa, uma companhia pode decidir qual o melhor momento para compensar ou reter créditos tributários.

No ano passado, a arrecadação das receitas federais foi beneficiada pela queda das compensações tributárias, justamente por causa do efeito da mudança de legislação. Agora, no entanto, o impacto é o inverso. A arrecadação de impostos de janeiro a outubro totalizou R\$ 1,264 trilhão, um aumento real de 1,92% ante mesmo período de 2018. De acordo com a Receita Federal, o recolhimento de impostos está em linha com a retomada do crescimento econômico.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.  
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Os piores lugares para você investir seu dinheiro. Nomes e motivos em artigo completo.  
EUQUEROINVESTIR.COM

### LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.  
RIPIO

### LINK PATROCINADO

Avaliação: Suzuki Jimny Sierra é o SUV compacto que não é SUV compacto  
REVISTA CARRO PARA SUZUKI

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Caixa deve cortar juros no cheque especial e no rotativo do cartão, se Selic cair

### VALOR INVESTE

Mais de um em cada dez brasileiros já perderam dinheiro em fraudes e pirâmides

### VALOR INVESTE

Não é só o iPhone! Alta do dólar pode encarecer pães e bolos

### VALOR INVESTE

Último lote da restituição do imposto de renda será pago em dezembro

### VALOR INVESTE

... ..

## Sob ameaça de SC, Rio deve recuar para 4º maior PIB per capita

Com menor crescimento do país nas duas últimas décadas, Estado pode perder mais posições

Por Rodrigo Carro — Do Rio

09/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Juliana Trece: Rio teve o pior desempenho de PIB per capita de 2002 a 2017 no conjunto de todas as unidades da federação — Foto: Leo Pinheiro/Valor

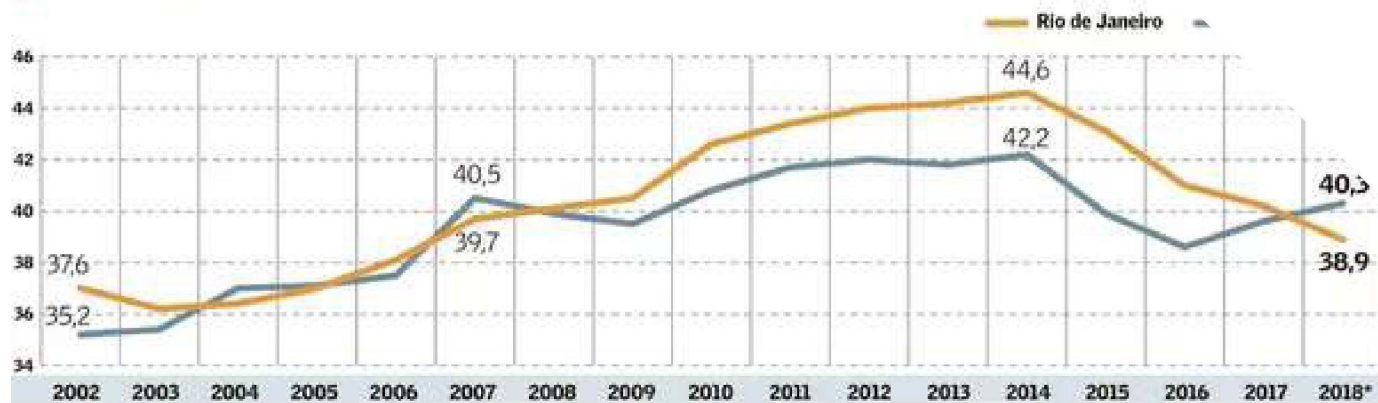
Estado com menor crescimento econômico acumulado nas últimas duas décadas, o Rio de Janeiro corre o risco de perder para Santa Catarina sua posição como terceiro maior PIB per capita do país. Embora os números oficiais estejam previstos para serem divulgados apenas no ano que vem, projeção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), indica que desde o ano passado os catarinenses já estão mais “ricos” do que os fluminenses pelo critério do Produto Interno Bruto por habitante.

Desde 2008, segundo a série histórica das contas regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio de Janeiro ficava atrás apenas de Brasília e São Paulo nesse quesito, atualizado a preços de 2017. Em valores correntes, o PIB per capita catarinense vem se mantendo desde o início da série histórica atrás do fluminense. Estimativa da pesquisadora Juliana Trece, do Ibre/FGV, aponta para um PIB per capita de R\$ 38.874 para o Rio de Janeiro em 2018, contra um valor de R\$ 40.316 calculado para Santa Catarina.

# Ficando para trás

Rio deve perder posto de 3º maior PIB per capita do país para Santa Catarina

## PIB per capita, em R\$ mil



## Maiores PIBs per capita do país em 2017, em R\$ mil



Fontes: Ibr e IBGE. \*projeção

“O que mais me chamou a atenção nessa análise é que o Rio de Janeiro tem o pior desempenho de PIB per capita entre 2002 e 2017, no conjunto de todos os Estados”, destaca Juliana.

O Estado do Rio perdeu terreno ranking nacional por causa do seu fraco desempenho econômico. Entre 2002 e 2017, a expansão acumulada pela economia fluminense foi de 23,3%, o menor percentual entre os 26 Estados e o Distrito Federal, também considerando os preços de 2017. No mesmo período de 16 anos, o PIB brasileiro avançou 42,5%, e o catarinense, 42,4%.

“Santa Catarina é o Estado em que o emprego industrial tem o maior peso na força de trabalho”, afirma o economista Mauro Osorio, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Tem uma estrutura produtiva densa, com pequenas, médias e grandes empresas.”

O PIB per capita do Rio cresceu 8,6% entre 2002 e 2017, enquanto o de Santa Catarina aumentou 12,5%. “Já considerando a estimativa de 2018, o crescimento no período 2002 a 2018 passa a ser de 5,2% para o Rio de Janeiro e 14,5% para Santa Catarina”, acrescenta Juliana Trece.

A menor vitalidade econômica do Rio em relação aos outros Estados se reflete na perda de posições em rankings de arrecadação tributária e emprego. Mauro Osorio destaca que desde de 2004 o governo de Minas Gerais arrecada mais ICMS do que o do Rio. Além disso, há mais empregos formais em Minas do que no Rio. “Em 1985, o Rio era o segundo Estado com maior número de empregos industriais. Agora é o sexto”, conclui o professor da UFRJ.

Economista da Tendências Consultoria, Camila Saito lembra que o Rio de Janeiro foi um dos Estados que mais sofreram nos últimos anos em termos econômicos. Não só por causa da recessão em nível nacional, mas também devido a intensas crises fiscais e políticas. A queda nos preços internacionais do petróleo entre 2015 e 2016, somada à desalocação dos investimentos da Petrobras no período, também contribuiu para a trajetória descendente do PIB per capita nos últimos anos.

Pelos cálculos da Tendências, o Rio de Janeiro foi ultrapassado ainda em 2017 por Santa Catarina na lista dos maiores valores de PIB per capita do país. Naquele ano, o indicador ficou no patamar de R\$ 39.373 para o Rio de Janeiro e de R\$ 39.685 para Santa Catarina. O resultado - com base em preços de 2017 - empurrou o Rio de Janeiro para a quarta colocação.

A diferença entre os valores projetados pela Tendências e pela Fundação Getúlio Vargas está relacionada às estimativas populacionais usadas nos cálculos. Enquanto o Ibre utilizou os dados de população residente enviados pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU), a Tendências empregou uma estimativa do mesmo instituto revisada no ano passado.

Nem mesmo a variação populacional pode ser usada para justificar a retração no PIB por habitante registrada a partir de 2015 no Rio de Janeiro. Entre 2002 e 2017, a população catarinense cresceu quase o dobro em termos percentuais quando comparada à do Rio, de acordo com os dados usados pelo Ibre. A maior expansão populacional em Santa Catarina, no entanto, foi compensada por um crescimento mais vigoroso da economia local.

Juliana Trece adverte que, mantido o ritmo atual de expansão do PIB per capita fluminense, é provável que não só Santa Catarina, mas outros Estados ultrapassem o Rio de Janeiro “em poucos anos”. O Rio Grande do Sul, por exemplo, teve um PIB per capita estimado em R\$ 38.138 para o ano passado (ante um valor projetado de R\$ 38.874 para o Rio).

Apesar do recuo nos últimos anos, Camila Saito, da Tendências, enxerga ao menos um fator positivo capaz de favorecer o Estado do Rio no médio prazo. “Desde 2017 há muita coisa [na indústria do petróleo] entrando em operação no Estado. Isso já está causando impacto na produção. A arrecadação de royalties vem crescendo muito”, argumenta a economista.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!  
DESCONTALIA

### LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis

## Supremo deixa para 2020 discussão sobre royalties, maconha e ICMS

Também ficou para o próximo ano o julgamento sobre a validade da tabela de fretes, antes previsto para 4 de setembro deste ano

Por Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

09/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com o início do recesso do Judiciário marcado para dia 19, o Supremo Tribunal Federal (STF) deixa para 2020 a análise de casos importantes pautados este ano e que não foram julgados. Entre os temas que ficarão para o próximo ano estão a divisão dos royalties do petróleo, a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal e o debate sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

A pauta oficial do plenário ainda não foi divulgada, mas interlocutores do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, afirmaram ao **Valor** que esses julgamentos estão previstos para ocorrer no ano que vem. O debate sobre como deve ser a divisão dos royalties entre produtores e não produtores de petróleo estava previsto para 20 de novembro. A análise do caso foi adiada a pedido do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que tenta costurar um acordo entre os estados. Já a ação sobre a descriminalização do uso de drogas, pautada para 6 de novembro, foi adiada por conta do julgamento sobre a prisão após condenação em segunda instância, que levou cinco sessões para ser concluído.

A discussão sobre o compartilhamento de dados fiscais sigilosos de órgãos de controle com o Ministério Público fez Toffoli tirar da pauta o julgamento do caso sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Também ficou para o próximo ano o julgamento sobre a validade da tabela de fretes, antes previsto para 4 de setembro deste ano. Em agosto, o relator do caso no STF, ministro Luiz Fux, atendeu a um pedido de adiamento feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), para que o governo pudesse tentar negociar uma solução com os caminhoneiros.

Processos que interessam ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também ficarão para 2020. O plenário deve voltar a discutir em quais situações pode haver a anulação de sentença de processos em que há réus delatores e delatados.

Em outubro, os ministros decidiram por 7 votos a 4 que as alegações finais de réus delatores têm de ser apresentadas antes das alegações dos réus delatados, para garantir a ampla defesa.

Os ministros, no entanto, não estabeleceram quando o descumprimento dessa regra leva à anulação de condenações. Por conta dessa brecha que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve a sentença da primeira instância e ampliou a pena de Lula no caso do sítio de Atibaia.

Nesta semana, o plenário deve julgar quarta-feira se uma condenação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) interrompe ou não a contagem do prazo de prescrição de crimes. Na quinta, a Corte analisa pedido do PT para declarar a inconstitucionalidade de decretos sobre regras de governança, transparência e boas práticas para a cessão de direitos de exploração de petróleo pela Petrobras.

## Os efeitos de um crescimento mais forte

PIB mais forte pode deixar erros do governo em segundo plano

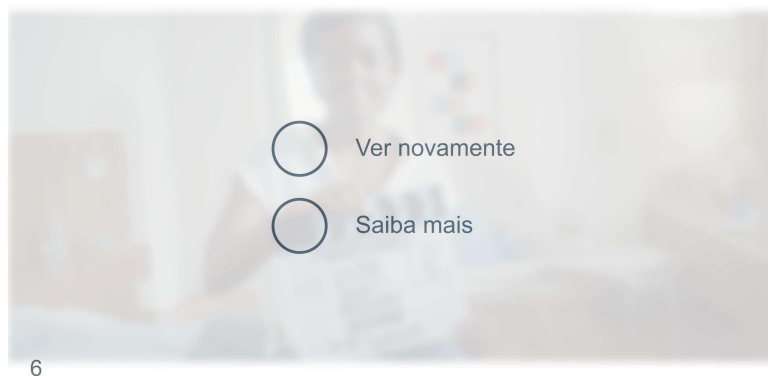
Por Sergio Lamucci

09/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

A recuperação da economia brasileira enfim ganha fôlego, com vários analistas apostando num crescimento acima de 2% em 2020 - Bradesco e Credit Suisse, por exemplo, projetam expansão de 2,5% no ano que vem. O grande destaque pelo lado da demanda deverá ser o consumo das famílias, mas também há sinais de um desempenho melhor do investimento, ainda que não se espere um resultado exuberante. São boas notícias para um país com 12,4 milhões de desempregados, que viu o Produto Interno Bruto (PIB) afundar 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016 e depois avançar a uma taxa pouco superior a 1% por três anos seguidos. A expansão do crédito, a queda forte dos juros e a redução das incertezas sobre a sustentabilidade das contas públicas, com a aprovação da reforma da Previdência, formam um quadro mais favorável para a aceleração da atividade.

Essa perspectiva de melhora é sem dúvida bem-vinda, mas não deveria ofuscar os problemas na orientação do governo Jair Bolsonaro em áreas como educação, ambiente e relações exteriores -e por vezes na própria economia. A falta de rumo na educação, por exemplo, é um obstáculo para o país conseguir melhorar a qualidade do capital humano e, com isso, a produtividade. Em vez de definir diretrizes claras para dar prioridade à educação básica, o ministro Abraham Weintraub perde tempo em polêmicas estéreis.

PUBLICIDADE



InRead invented by Teads

### PIB mais robusto pode deixar erros do governo em segundo plano

Já o descaso com o ambiente, evidenciado na expansão do desmatamento e nas declarações de Bolsonaro e do ministro Ricardo Salles, pode afugentar investimentos de empresas e fundos estrangeiros, além de dificultar a aprovação de acordos comerciais.

Marcada pelo alinhamento incondicional aos EUA, a política externa, por sua vez, não tem dado resultados, como ficou evidente mais uma vez no anúncio feito pelo presidente Donald Trump na semana passada, de que vai retomar a

Fernández, tampouco é útil aos interesses brasileiros, uma vez que o país vizinho é um grande comprador de produtos manufaturados.

Além de serem preocupantes em si mesmas, as políticas para essas áreas cruciais podem comprometer o próprio crescimento do país, ainda que não imediatamente. Num ambiente de recuperação mais forte da economia, contudo, esses e outros problemas do governo podem passar a incomodar menos. “São temas que mexem com setores importantes e organizados. Sempre haverá uma reação”, avalia Ricardo Ribeiro, analista político da MCM Consultores Associados. “Para o pessoal dos negócios”, porém, os erros e deslizes tendem a ser “tolerados se a economia andar. Para o grosso da população, também”, diz ele.

Se a economia engrenar e finalmente superar para valer o patamar de 1% de crescimento registrado nos últimos três anos, as bizarrices, as excentricidades e os arroubos autoritários - alguns apenas retóricos, outros efetivos - do governo Bolsonaro tendem a ficar em segundo plano”, avalia Ribeiro, em nota.

“É certo que algo em torno de 2,5% de crescimento, patamar para o qual convergem as expectativas para 2020, pode não ser suficiente para melhorar de maneira acentuada a sensação de bem-estar do conjunto da população”, observa Ribeiro. “O desemprego continuará elevado e os novos empregos podem ser precários e de baixa remuneração. Entretanto, quanto maior o crescimento, maior tende a ser a boa vontade da população em relação ao governo.”

Para Ribeiro, fatores como “o pouco caso do governo com o meio ambiente, a declaração do ministro da Educação a respeito da alegada existência de extensas plantações de maconha em universidades federais, os ataques de Bolsonaro a determinadas empresas da mídia e a proteção a outras, as menções levianas ao AI-5 feitas por gente de dentro ou próxima ao governo, entre outras atitudes polêmicas, ofendem setores importantes da sociedade. Mas, para a maioria da população, tendem a ser toleradas ou esquecidas se a economia enfim passar a crescer em ritmo mais acentuado”.

Há obviamente incertezas em relação ao crescimento no ano que vem, mas o cenário econômico sugere que uma expansão superior a 2% em 2020 não parece excesso de otimismo. O resultado do PIB do terceiro trimestre, com alta de 0,6% sobre o trimestre anterior, mostrou uma economia crescendo a um ritmo um pouco superior ao que a maior parte dos economistas esperava. No quarto trimestre, há sinais que apontam para uma atividade mais forte, um período em que haverá o efeito mais significativo da liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A indústria teve um bom desempenho em outubro e tudo indica que o varejo teve um bom mês de vendas em novembro, com as promoções da Black Friday. Além disso, houve redução da incerteza e aumento da confiança empresarial no mês passado, segundo a Fundação Getulio Vargas. Por fim, a criação de empregos formais nos últimos meses aponta um ritmo um pouco mais firme, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Com a perspectiva de redução adicional dos juros básicos, de 5% para 4,5% ao ano ou até menos, e a avaliação dominante de que a Selic ficará baixa por um período considerável, a atividade ganhará um relevante impulso monetário. É verdade que há fontes de incerteza, como o ambiente externo, caracterizado pela desaceleração da economia global, num quadro



Segundo o economista-chefe do Credit Suisse, Leonardo Fonseca, basta a economia manter o ritmo de alta de 0,5% a 0,6% - registrado no segundo e no terceiro trimestre deste ano em relação ao anterior - que o PIB crescerá 2,5% em 2020. Se concretizado, esse quadro ajudará a dar mais gás à recuperação em curso do mercado de trabalho.

Para Ribeiro, “o impacto de boas notícias na economia sobre o estado de espírito dos agentes econômicos tende a ser maior neste momento, após anos de recessão e crescimento píffio”. Nesse cenário, pode haver maior tolerância em relação a políticas problemáticas do governo em áreas como educação, ambiente e relações exteriores, o que seria algo preocupante.

## Sergio Lamucci é repórter e escreve quinzenalmente

E-mail: [sergio.lamucci@valor.com.br](mailto:sergio.lamucci@valor.com.br)

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

#### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!  
DESCONTALIA

#### LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.  
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

#### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

#### LINK PATROCINADO

Os piores lugares para você investir seu dinheiro. Nomes e motivos em artigo completo.  
EUQUEROINVESTIR.COM

#### LINK PATROCINADO

Acompanhe as últimas notícias sobre ativos digitais.  
RIPIO

#### LINK PATROCINADO

Avaliação: Suzuki Jimny Sierra é o SUV compacto que não é SUV compacto  
REVISTA CARRO PARA SUZUKI

---

### Veja em Valor Investe

#### VALOR INVESTE

Receita abre consulta ao 7º lote de restituição do imposto de renda na segunda

#### VALOR INVESTE

Amazon cresce quase 50% em visitantes em seis meses e encosta em Magalu, diz BTG

#### VALOR INVESTE

Veja as empresas mais reclamadas nessa Black Friday

#### VALOR INVESTE

Governo anuncia novo programa habitacional neste mês, diz ministro

# Tribuna

## Mercado renova expectativa e aposta em nova queda da Selic na próxima quarta

**Simone Kafruni, Correio  
Brazillence**

O Banco Central decide, na próxima semana, os rumos da taxa básica de juros (Selic). A instituição já indicou que deve promover mais uma redução de 0,5 ponto percentual, de 5% para 4,5% ao ano, o que renovaria a mínima histórica. Para especialistas, mesmo diante da subida da inflação e do dólar, a autoridade monetária deve sustentar o corte. No entanto, a redução deve ficar por aí, estimam. Como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou de 0,10% em outubro para 0,51% em novembro, maior resultado para o mês desde 2015, o espaço para novas quedas da Selic no próximo ano, como alguns economistas chegaram a cogitar, encolheu.

Mais do que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), na reunião marcada para os próximos dias 10 e 11, a expectativa dos analistas é pelo conteúdo do comunicado que será divulgado após o encontro. Para o economista-chefe da Necton, André Perfeito, o

corte de 0,50 ponto percentual deve ocorrer. "Vamos ver como o BC vai encaminhar a discussão para o ano que vem. Como temos uma retomada da atividade econômica, com indicadores industriais em recuperação e o PIB (Produto Interno Bruto) mais forte, isso pode colocar um freio nas quedas", avaliou. "A Selic deve ficar em 4,5% ao ano em 2020", estimou. Continua depois da publicidade

Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, tem a mesma opinião. "O corte de 0,50 ponto percentual está contratado. O que pode mudar é a continuidade do ciclo de redução da Selic. Deve estacionar em 4,5% por conta da atividade econômica mais forte e mais dinâmica e da pressão inflacionária. Diante do choque de oferta, como da carne, o BC pode se mostrar mais cauteloso nos próximos movimentos", avaliou. Rosa lembrou que algumas instituições chegaram a cogitar que a Selic poderia cair para 3,75% em 2020. "Isso não deve acontecer. Por isso, o comunicado será mais importante do que a decisão", disse.

O economista-chefe da

Austin Rating, Alex Agostini, explicou que a política monetária é apoiada sobre fatores estruturais, e não conjunturais, como essa alta pontual do custo de vida. "A expectativa de inflação está ancorada bem abaixo do centro da meta, de 4,25% para 2019 (4% para 2020 e 3,75% em 2021", alertou. Agostini prevê que o BC vai ficar mais cauteloso, mas promoverá a queda para 4,5% ao ano, mantendo estável por um bom tempo. "A projeção de inflação do mercado era 3,52% para 2019. Deve sofrer ajuste e fechar entre 3,80% e 3,90%. A nossa estimativa é de 3,89% em 2019 e de 3,74% em 2020", afirmou. Índices abaixo do centro da meta.

"Quando virar o semestre, o BC passa a olhar para o ano seguinte. Com a retomada da atividade econômica, a partir de julho, estará mirando 2021, quando a meta é mais estreita, e o Copom terá que ser mais cirúrgico. Por isso, o ciclo de alta deve se iniciar em junho, com 0,25 ponto a cada reunião", estimou Agostini. Como são cinco reuniões, a Selic fecharia em 6% ao ano em 2020, no entender do economista.

# Tribuna

## ‘Melhor é crescer menos’, diz Guedes

### Estado de Minas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o controle dos gastos públicos está por trás de tudo o que o governo federal está fazendo. O objetivo, disse o ministro, é controlar a expansão dos gastos e não reduzi-los efetivamente. “Os gastos tinham má qualidade. Gastamos muito e gastamos mal. Vamos controlar a expansão dos gastos, não estamos cortando nada, só não estamos deixando crescer o que é ruim”, argumentou. Ele fez a afirmação em discurso durante o seminário “BNDES com ‘S’ de Social e de Saneamento”, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

Tendo o controle fiscal como prioridade, o ministro disse que não serve ao país forçar o crescimento econô-

mico. “Não adianta forçar o crescimento rápido. É melhor crescer menos de maneira sustentável”, argumentou Guedes. Crescer mais rápido, na avaliação do ministro, seria “crescimento artificial”. Segundo Guedes, o primeiro “ato” para controlar os gastos públicos foi a reforma da Previdência, que se preocupou em reduzir “privilégios”. O “último ato” foi o envio da proposta de emenda constitucional do Pacto Federativo, que descentraliza recursos públicos obrigatórios e vinculados.

Guedes também chamou a reforma previdenciária de “primeiro ataque” ao excesso de gastos, que, segundo ele, chegou a 45% do Produto Interno Bruto (PIB), o conjunto da produção de bens e serviços). O segundo ataque, disse o ministro, foi “ajudado pelo primeiro”, que foi a queda nas taxas longas de juros no mercado. Guedes lembrou que a taxa

básica de juros (Selic, que remunera os títulos do governo no mercado financeiro e serve de referência para as operações no comércio e nos bancos) hoje está em 5% e está na “iminência” de cair “de novo”, mas destacou uma diferença em relação aos governos anteriores.

Ainda sobre a despesa do setor público, o ministro repetiu cálculos indicando que, em 2020, os gastos públicos com juros da dívida, por causa da redução das taxas, serão menores em R\$ 96 bilhões. De acordo com Guedes, o valor equivale a três vezes o orçamento do programa Bolsa-Família.

### SANEAMENTO

Guedes destacou que o setor de saneamento no Brasil tem despertado o interesse de investidores estrangeiros e que existem “trilhões” à espera de projetos, que deverão sair do papel assim que for aprovado o novo marco

regulatório do setor, atualmente em tramitação no Congresso, segundo o ministro da Economia.

“De 10 perguntas que me fazem no exterior, sete são sobre saneamento. Existem trilhões esperando projetos no Brasil”, disse.

O próprio BNDES vai captar iniciativas para atrair esses investimentos. “O papel do BNDES é qualitativo; de escolher bons projetos, e não emprestar para campeão nacional ou para ideologia amiga”, afirmou, em referência, aos governos anteriores do PT. “Ou criamos bom ambiente regulatório para os investimentos privados acontecerem ou os brasileiros vão começar morrendo cedo”, disse Guedes. O ministro disse que o Brasil tem mais de 100 milhões de brasileiros sem saneamento e que resolver esse problema também significa preservar o meio ambiente, “que não é só floresta”.

# Tribuna

## Brasil pode ter menor imposto para saúde e educação

ESTADÃO

**O**s setores de saúde, educação e transportes podem receber tratamento específico no projeto de reforma tributária em estudo pelo governo. Uma das propostas é que o novo tributo que será criado para substituir o PIS e a Cofins incidentes sobre produtos e serviços - e que foi batizado no projeto como Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - tenha algum tipo de isenção para esses três setores. A nova contribuição funcionaria nos moldes do Imposto de Valor Agregado (IVA) que existe em outros países.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, a assessora especial do minis-

tro da Economia, Paulo Guedes, Vanessa Rahal Canado, antecipou que a meta do governo é trabalhar com uma alíquota única para a CBS federal, entre 11% e 12%, mas será "sensível" aos impactos na saúde, educação e transportes para evitar uma variação abrupta de preços.

Críticos de um imposto único para todos os setores afirmam que haveria um aumento grande na carga tributária no setor de serviços, o que provocaria, por exemplo, elevação na mensalidade de escolas, consultas médicas e mensalidades de planos de saúde.

"Esses setores podem ser isentos. Há muito países em que eles são isentos do IVA. Pode fazer a isenção menor ou maior", disse Vanessa, que ingressou há pouco tempo na equipe econômica para aju-

dar na elaboração da proposta de reforma tributária. De acordo com ela, o governo trabalha para enviar o texto ao Congresso ainda este ano.

Segundo ela, é possível fixar uma alíquota crescente durante um período predefinido para que esses setores se adaptem à mudança de preços relativos que a substituição do PIS e Cofins vai provocar.

"São setores socialmente sensíveis. Ainda estamos estudando qual é a melhor forma de mitigar o impacto. Mas uma delas é isenção, mesmo que ela seja gradual", afirmou a assessora, acrescentando que, na União Europeia, saúde e educação têm isenção do IVA. A criação da CBS faz parte da primeira parte da reforma tributária em estudo no governo. A ideia é fatar o projeto.



# Tribuna

## Salário de servidores públicos cresce 23%

O GLOBO

A diferença salarial entre o que é pago para um trabalhador no setor público e privado aumentou nos últimos 32 anos. Entre 1986 e 2017, o salário médio mensal de quem trabalha no setor público cresceu 23,5%, em média, passando de R\$ 3,4 mil, em 1986, para R\$ 4,2 mil, em 2017. Já os rendimentos do setor privado se mantiveram praticamente estáveis no período: foram de R\$ 2,5 mil para R\$ 2,4 mil, no mesmo período.

Os dados constam na nova edição Atlas do Estado Brasileiro o, levantamento feito por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado nesta sexta-feira. O estudo utiliza como base os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que acompanha a evolução do mercado de tra-

balho formal no país.

Viu isso? Câmara articula estratégia para aprovar reforma da Previdência de servidores estaduais

O levantamento considera a remuneração de servidores federais, estaduais e municipais. Não entram no cálculo os funcionários das empresas públicas e de capital misto, como Petrobras e Eletrobras.

Também não são considerados fatores como escolaridade e natureza das ocupações. Para os pesquisadores, seria necessário um controle maior dessas especificidades.

— São setores difíceis de serem comparados, tem que ser feita de maneira cuidadosa. Existem carreiras que não são comparáveis, militares, diplomatas, por exemplo, mas é preciso um controle de escolaridade, serviços, que podem influenciar nessa média. O dado

tem que ser lido com essa ressalva e vamos olhar isso mais à frente em outros estudos — afirma Felix Garcia Lopes, um dos autores do estudo.

Em outubro, um estudo do Banco Mundial apontou que o servidor público federal brasileiro ganha, em média, quase o dobro que o trabalhador do setor privado em área de atuação semelhante. A diferença do chamado "prêmio salarial" é de 96%, a maior entre 53 países pesquisados pelo órgão multilateral. Nos estados, essa diferença chega a 36%.

Segundo a pesquisa do Ipea, as remunerações no setor público ficavam estagnadas ou eram decrescentes de 1986 a 2002, mas passaram a crescer entre 2003 a 2014. Neste último, elas começam a se estabilizar. Se consideradas as três décadas de levantamento, o ganho real anual

dos servidores público é de 0,73% ao ano.

Apesar de ser considerado um grande grupo, há diferenças até mesmo dentro do setor público, principalmente na comparação com as remunerações pagas a profissionais que trabalham para o município e para União.

No nível federal, os salários são maiores e, no nível municipal, menores. As remunerações do Executivo municipal, em que estão 60% dos vínculos do setor público, são mais próximas ao setor privado em toda a série, por exemplo.

O Governo Federal tem sinalizado com uma proposta de reforma administrativa que reduza possíveis distorções no sistema. A ideia é quer acabar com a progressão automática no funcionalismo público e passar a promover servidores apenas por mérito.

# Tribuna

## Controle de gastos está por trás de tudo que governo está fazendo, diz Guedes

### ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que o controle dos gastos públicos está por trás de tudo o que o governo federal está fazendo. O objetivo, disse o ministro, é controlar a expansão dos gastos e não reduzi-los efetivamente. "Os gastos tinham má qualidade. Gastamos muito e gastamos mal. Vamos controlar a expansão dos gastos, não estamos cortando nada, só não estamos deixando crescer o que é ruim", comentou.

Guedes fez a afirmação em discurso durante o seminário "BNDES com 'S' de Social e de Saneamento", na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio.

Segundo o ministro, o primeiro "ato" para controlar os gastos públicos foi a reforma da Previdência, que se preocupou em reduzir "privilégios". O "último ato" foi o envio da proposta de emen-

da constitucional do "pacto federativo", que descentraliza recursos públicos obrigatórios e vinculados.

Guedes também chamou a reforma previdenciária de "primeiro ataque" ao excesso de gastos, que, segundo ele, chegou a 45% do Produto Interno Bruto (PIB).

O segundo ataque, disse o ministro, foi "ajudado pelo primeiro", que foi a queda nas taxas longas de juros no mercado.

Guedes lembrou que a taxa básica de juros (Selic) hoje está em 5,0% e está na "iminência" de cair "de novo", mas destacou uma diferença em relação a governos anteriores.

"Ao contrário do governo anterior, em que os juros longos não caíram, como fizemos a (reforma da) Previdência, que deu horizonte, os juros longos começaram a descer", afirmou o ministro.

Guedes citou contas do secretário do Tesouro Naci-

onal, Mansueto Almeida, para estimar que, em 2020, os gastos públicos com juros da dívida, por causa da redução das taxas, será menor em R\$ 96 bilhões. Segundo o ministro, o valor equivale a três vezes o orçamento do programa Bolsa Família.

Conforme Guedes, o BNDES tem ajudado nesse processo, com a devolução dos recursos que "alavancaram" o banco. "Pedalaram o BNDES", disse o ministro, para então criticar o destino dos recursos aportados pelo Tesouro Nacional no banco de fomento, como "ajudar os campeões", numa referência à política que ficou conhecida como "campeões nacionais", em que o BNDES apoiou a internacionalização de grupos privados brasileiros.

"Sou a favor da iniciativa privada por sua conta. Ninguém pode virar campeão nacional com dinheiro público", afirmou Guedes.

# Tribuna

## Brasil vai economizar R\$ 96 bilhões

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira (6) que o país vai economizar, em 2020, R\$ 96 bilhões em pagamento de juros da dívida pública, um resultado da queda da Selic. Segundo ele, isso permitirá ao governo "gastar menos e melhor".

"As despesas de juros vão cair R\$ 96 bilhões em 2020, o equivalente a três Bolsa Família", afirmou o ministro em discurso em seminário sobre saneamento básico promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Ao contrário do governo anterior, que os juros curtos caíam mas os longos não, agora os longos começaram a descer também", disse.

Guedes abriu o discurso reiterando que o grande problema do Brasil nos últimos 40 anos era o "excesso de gastos, que chegou a 45% do PIB", o que demandou ao atual governo promover reformas estruturantes. "O con-

Guedes abriu o discurso reiterando que o grande problema do Brasil nos últimos 40 anos era o "excesso de gastos, que chegou a 45% do PIB", o que demandou ao atual governo promover reformas estruturantes. "O controle dos gastos era, portanto, indispensável para nós e está por traz de tudo o que estamos fazendo", disse o ministro.

Ele destacou que o controle de gastos tinha como principais vilões "privilégios na previdência" e o pagamento de juros da dívida pública. "O Brasil reconstrói uma Europa todo o ano sem sair da miséria", disse ele afirmando que o pagamento de juros tem montante equivalente ao desembolsado pelo Plano Marshall para reconstrução dos países aliados após a Segunda Guerra Mundial.

### **BNDES**

Além das reformas em curso, Guedes enfatizou a reestruturação do foco do BNDES que, segundo ele, era "uma máquina de fazer campeões mundiais" ao destinar recursos para "quem tem mais poder político e econômico". "Ninguém pode virar campeão mundial financiado com dinheiro público", criticou.